

Demonstrações Financeiras

Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	17
5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
7. RECEITA	19
8. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	19
9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	20
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	21
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	22
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	29
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	30

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

A Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.000 mil, dividido em 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (“Controladora”).

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$1.063 mil em 2018, em comparação ao resultado de R\$778 mil no exercício de 2017, representando um aumento de 36,63%.

Receita Financeira

A receita financeira foi de R\$111 mil em 2018, em comparação a R\$171 mil no exercício de 2017, representando uma redução de 35,08%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2018, a Companhia apurou despesas no montante de R\$214 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 16,76% do lucro antes da tributação. Comparativamente, no exercício de 2017, a Companhia apurou despesas no montante de R\$364 mil, representando 31,87% de alíquota efetiva. Esta variação decorre da mudança do regime de tributação, de lucro real para lucro presumido.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019, que ao resultado do exercício de 2018, no montante de R\$1.063 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$532 mil referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$531 mil distribuídos a título de dividendos adicionais.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais e à Diretoria da Cemig.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.779	2.166
Tributos compensáveis		1	-
Outros créditos		154	257
TOTAL DO CIRCULANTE		2.934	2.423
NÃO CIRCULANTE			
Outros créditos		164	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		164	-
ATIVO TOTAL		3.098	2.423

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		110	109
Impostos, Taxas e Contribuições	4	5	44
Imposto de Renda e Contribuição Social	5	34	92
Transações com Partes Relacionadas	11	34	23
Outras Obrigações	11	38	151
Dividendos a pagar		532	-
TOTAL DO CIRCULANTE		753	419
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e Contribuição social	5	30	-
Recursos destinados a Aumento de Capital		6	6
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		36	6
TOTAL DO PASSIVO		789	425
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6		
Capital Social		1.000	1.000
Reservas de Lucros		1.309	998
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.309	1.998
PASSIVO TOTAL		3.098	2.423

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	7	1.546	1.418
CUSTOS OPERACIONAIS			
Pessoal		(240)	(361)
DESPESA OPERACIONAL	8		
Serviços de Terceiros		(57)	(46)
Arrendamentos e Aluguéis		(16)	(14)
Outras despesas		(60)	(25)
		(133)	(85)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.173	972
Receita Financeira	9	111	171
Despesas Financeiras	9	(7)	(1)
		104	170
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		1.277	1.142
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	10	(184)	(364)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		(30)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.063	778
RESULTADO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) R\$		1,06	0,78

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.063	778
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.063</u>	<u>778</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.000	778	83	-	1.861
Aprovação de Dividendo Adicional Proposto (R\$0,08 por ação)	-	-	(83)	-	(83)
Resultado do Exercício	-	-	-	778	778
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos Intermediários (R\$ 0,57 por ação)	-	-	-	(558)	(558)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,22 por ação)	-	-	220	(220)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.000	778	220	-	1.998
Aprovação de Dividendo Adicional Proposto (R\$0,22 por ação)	-	-	(220)	-	(220)
Resultado do Exercício	-	-	-	1.063	1.063
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Dividendos Obrigatórios (R\$ 0,53 por ação)	-	-	-	(532)	(532)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,53 por ação)	-	-	531	(531)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.000	778	531	-	2.309

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.063	778
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	30	-
	<u>1.093</u>	<u>778</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Tributos compensáveis	(1)	-
Outros créditos	(61)	(257)
	<u>(62)</u>	<u>(257)</u>
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	1	30
Tributos	90	306
Transações com Partes Relacionadas	11	23
Outras Obrigações	(113)	126
	<u>(11)</u>	<u>485</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.020	1.006
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(187)	(318)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	833	688
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos	(220)	(669)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(220)	(669)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	613	19
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.166	2.147
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	<u>2.779</u>	<u>2.166</u>
	613	19

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado anteriormente denominada UTE Cogeração, foi constituída em 08 de julho de 2002, domiciliada no Brasil.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

Prospectar, junto ao mercado, clientes livres, especiais, potencialmente livres e potencialmente especiais, responsáveis por unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW ou que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, interessados em adquirir energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração de fonte convencional ou aqueles enquadrados no § 5º do artigo 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica proveniente de fontes convencionais e/ou incentivadas, para:

- a) desenvolver, junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes livres, especiais, potencialmente livres e potencialmente especiais;
- b) prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica proveniente de fontes convencionais e/ou incentivadas;
- c) prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
- d) desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado;
- e) representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa

Em junho de 2018, a Assembleia Geral aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Criação de Comitê de Auditoria;
- Manutenção do Conselho Fiscal, passando a ser de caráter permanente;
- Alteração da destinação do Lucro Líquido, passando de 25% para 50% o mínimo destinado a dividendos obrigatórios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de maio de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1.1. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

■ CPC 47 – Receita de Contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs. Adicionalmente, o CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

■ CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do CPC 38 sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes no CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	CPC 38	CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Passivos Financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Transações com Partes Relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

■ CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

■ ICPC 22

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito deste CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2018 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

c) Receita Operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

d) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Bancos conta movimento	7	5
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	2.772	2.161
	<u>2.779</u>	<u>2.166</u>

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 75% em 2018 (75% em 2017).

4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2018	2017
COFINS	-	9
PASEP	-	2
ISS	5	32
OUTROS	-	1
	<u>5</u>	<u>44</u>

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	2017
Circulante		
Contribuição Social	24	29
Imposto de Renda	10	63
	<u>34</u>	<u>92</u>
Não Circulante		
Contribuição Social	22	-
Imposto de Renda	8	-
	<u>30</u>	<u>-</u>

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.000, representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de propriedade da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

a) Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2018	2017
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	778	778
Dividendos Adicionais Propostos	531	220
	1.309	998

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2018, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício (25% em 2017), ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2018	2017
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	1.063	778
Dividendo Obrigatório	532	195
Dividendos Propostos		
Dividendos Mínimos Obrigatórios	532	-
Dividendos Intermediários	-	558
Dividendos Adicionais Propostos	531	220
Total Dividendos Propostos	1.063	778

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

Destinação do Resultado de 2018 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019, que ao Resultado do exercício de 2018, no montante de R\$1.063, seja dada a seguinte destinação:

- R\$532 mil referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$531 mil distribuídos a título de dividendos adicionais.

Aumento de Capital - Proposta da Administração

Considerando que, em 31 de dezembro de 2018, a reserva legal excede 20% do capital social, a Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de aumento do capital social para R\$1.481 mil, conforme art. 193 da Lei 6.404/76.

7. RECEITA

	2018	2017
Faturamento Bruto de Serviços	1.657	1.610
Deduções à Receita (a)	(111)	(192)
Total	1.546	1.418

a) Deduções à Receita

	2018	2017
COFINS	50	122
PASEP	11	27
ISSQN	50	43
	111	192

8. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Pessoal	292	380
Serviços de Terceiros (a)	57	46
Arrendamentos e Aluguéis	16	14
Outras Despesas	8	6
Total	373	446
Custos Totais	240	361
Despesas Operacionais	133	85
TOTAL	373	446

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

a) Serviços de Terceiros

	2018	2017
Publicações Legais	28	23
Auditoria Externa	17	14
Outros	12	9
	<u>57</u>	<u>46</u>

9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	111	180
PASEP/COFINS incidente sobre Receitas	-	(9)
Total de Receitas Financeiras	<u>111</u>	<u>171</u>
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	(7)	(1)
Total de Despesas Financeiras	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>
Resultado Financeiro	<u>104</u>	<u>170</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda e da Contribuição Social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2018	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Fornecimento Bruto de Serviços	1.657	1.657
Percentual de Presunção	32%	32%
	<u>530</u>	<u>530</u>
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	85	85
Outras Receitas Financeiras	-	-
Base de Cálculo Lucro Presumido	615	615
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	92	55
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240)	37	-
IR e CS - Lucro Presumido	<u>129</u>	<u>55</u>
Rendas Aplicações não resgatadas	87	87
Alíquota	25%	9%
IRPJ/CSLL Diferidos Ano 2018	<u>22</u>	<u>8</u>
IR e CS – Despesa	<u>151</u>	<u>63</u>
Corrente	<u>129</u>	<u>55</u>
Diferido	<u>22</u>	<u>8</u>

Em 2018 houve mudança do regime de tributação, que passou de lucro real para lucro presumido.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

	2017
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.142
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	364
Juros Sobre Capital Próprio	-
Contribuições e Doações Inedutíveis	-
Despesa com Alimentação Administradores	-
Multas Inedutíveis	-
Incentivos fiscais	-
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva	364
Alíquota Efetiva	31,87%
Corrente	364

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017
Controladores				
CEMIG GT				
Circulante				
Dividendos a pagar	532	-	-	-
Convênio de Cooperação (1)	34	23	(46)	(23)
Cemig H				
Circulante				
Cessão de Pessoal	38	151	(240)	(361)

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre a Companhia e empresas do Grupo Cemig instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	3	1
Total	3	1

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2018		2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.772	2.772	2.161	2.161
		2.772	2.772	2.161	2.161
Passivos					
Custo amortizado: (1)					
Fornecedores	2	110	110	109	109
Transações com Partes Relacionadas	2	34	34	23	23
		144	144	132	132

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	2018	2017
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (Nota 3)	2.772	2.161
Ativo exposto	2.772	2.161

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

CEMIG COMERCIALIZADORA DE ENERGIA INCENTIVADA S.A.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	110	-	-	-	-	110
	110	-	-	-	-	110

Dimas Costa
Diretor-Presidente

Daniel Faria Costa
Diretor

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC – MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC – MG 85.260

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

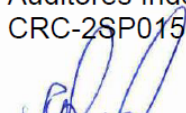
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

Francisco Luiz Moreira Penna

Eduardo José de Souza

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA



Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.
CNPJ 05.238.054/0001-03 - NIRE 31300016960

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria declarou que examinou as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018, incluídas as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e os demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados. O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomendou a aprovação das Demonstrações Contábeis da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A., de 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2019.

Pedro Carlos de Mello - Coordenador

Márcio de Lima Leite - Membro

Renata Bezerra Cavalcanti – Membro